

---

# QUEM VAI ESCREVER NOSSA HISTÓRIA?

O LUGAR DO DOCUMENTO ENTRE A  
MEMÓRIA E A HISTORIOGRAFIA

---

**Beatriz Rodrigues Silvério**



# **QUEM VAI ESCREVER NOSSA HISTÓRIA?**

**O LUGAR DO DOCUMENTO ENTRE A  
MEMÓRIA E A HISTORIOGRAFIA**

**PROJETO DESENVOLVIDO POR: Beatriz Rodrigues Silvério**

**ARTICULAÇÃO TERRITORIAL: Victoria Quinto Madeiro**

**2020**

*Licença Creative Commons*  
*Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual*  
*CC BY-NC-SA*

*É permitida a adaptação e criação a partir deste trabalho, apenas para fins não comerciais, atribuindo o devido crédito e licenciado sob termos idênticos.*

*Este livreto foi produzido utilizando apenas softwares livres e de código fonte aberto: na escrita e diagramação LibreOffice e Scribus, na capa Inkscape e Gimp.*

**05** APRESENTAÇÃO

**06** INTRODUÇÃO

**07** MEMÓRIA

**13** HISTÓRIA

**24** DOCUMENTO

**37** CONCLUSÃO

**38** REFERÊNCIAS

# APRESENTAÇÃO

O **Programa Jovem Monitor(a) Cultural (PJMC)** é uma política pública, voltada a formação e experimentação profissional em gestão cultural, realizada pela Secretaria Municipal de Cultura (SMC) da Prefeitura de São Paulo em parceria com o Centro Integrado de Estudos e Programas de Desenvolvimento Sustentável (CIEDS) desde 2017, regida pela Lei 14.968/09 e regulamentada pelo Decreto 51.121/09.

Ingressei no PJMC na edição 2018/2019, com atuação na **Biblioteca Pública Gilberto Freyre**. Na edição seguinte, 2019/20, fui aprovada como Jovem Monitora Cultural em Formação Continuada (JMC-FC) no **Museu da Cidade de São Paulo**, com um projeto voltado a memória e história a ser desenvolvido neste equipamento, dentro do Eixo Temático V - Preservação de espaços e de acervo, como especificado no edital de chamamento.

Devido à pandemia de COVID-19 (ocasionada pelo coronavírus), foi necessária uma adaptação para atuação em modo remoto e o que seria inicialmente uma oficina sobre Documentos e Escrita da História, transformou-se no presente livreto, comportando um material com intuito educativo. O que desenvolvi neste material é fruto das formações teóricas e práticas do PJMC e, também, da minha trajetória pessoal.

Me chamo Beatriz, atualmente tenho 25 de anos de idade, sou residente de um bairro da Zona Leste da cidade de São Paulo, no qual nasci e cresci. Me formei Bacharel em História no início de 2017 pela Universidade Cruzeiro do Sul e atualmente sou mestranda no programa de pós-graduação em História da Universidade Federal de São Paulo. Meus interesses na área envolvem a questão da memória e da história operária, educação e cidade. Atuo também como educadora em espaços extramuros da escola.

# INTRODUÇÃO

Movido por uma sensação de necessidade de preenchimento de uma pequena parte da lacuna no debate sobre a História, este trabalho fará uma abordagem sobre documento que o localiza entre a memória e a historiografia. Para isso, foi dividido em três capítulos: o primeiro trata da questão da **Memória Social** e suas implicações, o segundo aborda a **História** de um ponto de vista *histórico*, e o terceiro encerra esse movimento apresentando o **Documento**, enquanto um suporte para ambas, e propondo um exercício de leitura e interpretação de dois materiais.

Ao termos contato com livros de História, ou um romance histórico, se faz necessário um senso crítico para que compreendamos quem fez aquela pesquisa, utilizando quais fontes, pretendendo alcançar qual objetivo. Abordo o tema do documento para que se expanda o contato com as fontes primárias da História, a partir de questões norteadoras que também podem ser também aplicadas a leitura de uma pesquisa pronta.

A História não opera milagres, não concede perdões, não deve classificar “heróis” e “vilões”. Conhecê-la é essencial para que entendamos a nós, como indivíduos e enquanto sociedade.

Para produzir este material foram consultadas algumas obras que também abordam os temas trabalhados. O que está identificado entre aspas é a reprodução de algo dito ou escrito por um outro alguém. Chamamos de citação. Para identificar autor ou autora original, ela vem sempre acompanhada do sobrenome ou **nome** da pessoa, o **ano** da obra citada e a **página**.

(FULANO, 2020, p. 3)

Ao fim do livreto estão as referências utilizadas. Nessa lista você pode identificar cada autor(a) e obra detalhadamente, a partir do sobrenome e do ano:

**FULANO**, Beltrano. Nome do livro. Cidade: Editora, **2020**.

**MEMÓRIA**

---

*No fundo da minha memória esses acontecimentos existem gravados como quadros vivos, onde passam milhares de existências humanas desaparecidas para sempre.*

*Louise Michel*

O presente material foi escrito durante o primeiro semestre de 2020. A título de contextualização, durante este período o Brasil e o mundo lidam com a pandemia causada pelo vírus Covid-19 – popularmente chamado de Coronavírus. Até o momento a recomendação geral para contenção do contágio é que se adote o isolamento social e medidas rigorosas de higiene. Não há ainda um tratamento específico ou vacina contra a doença.

Para algumas pessoas a sensação é que vivemos um momento histórico, já que a vida da população em geral e as relações políticas de cada país foram inevitavelmente afetadas. Desde o presidente até o cidadão desempregado, todas as pessoas sentiram de alguma forma o impacto causado por essa doença que é nova e se espalha facilmente, levando a um número alto de mortes, e cuja única solução afeta todo o funcionamento econômico, já que as pessoas deveriam estar confinadas em suas casas, e grande parte da produtividade depende da presença humana. Olhamos para o nosso presente como uma herança de passado a ser deixada para o futuro.

Todavia, já que identificamos que este é um momento marcante para a nossa história enquanto sociedade, o próximo passo é pensarmos em quais serão os registros conservados sobre este momento e em como queremos que as pessoas que não o viveram tenham conhecimento da forma como lidamos com ele.

## Qual memória será nosso legado?

Esta é uma questão a ser pensada não só no momento em que redijo este texto, em meio a uma pandemia. Ela é relevante em todo o decorrer da nossa existência enquanto seres sociais, seja em contexto conflituoso ou num tempo no qual nos parece que o mar da história está calmo. Então, esteja você – leitor ou leitora –, vivendo uma época estável ou não, lanço o convite para que responda a nossa primeira pergunta:

**O QUE VOCÊ GOSTARIA QUE PESSOAS DE UM OUTRO LUGAR OU DE OUTRO TEMPO SAIBAM SOBRE O QUE ESTÁ ACONTECENDO NA SUA CIDADE NO MOMENTO PRESENTE?**

---

---

---

---

---

A resposta a essa pergunta normalmente englobará percepções individuais e impressões coletivas, visto que é muito difícil que a nossa experiência enquanto indivíduo se desligue do contexto geral em que se está incluído. Muito provavelmente parte do que você considera que deva ser o legado deixado por seu grupo social vá convergir com a impressão de outras pessoas que vivem ao seu redor.

Isto tudo constitui as **memórias sociais**. E aqui a palavra memória não está sendo adotada em sentido biológico, mas *psicossocial*, ou seja, envolvendo conjuntamente aspectos psicológicos e sociais. Elas são mais do que registros neurológicos individuais, são também atribuições de sentido que damos a diferentes objetos. Ou seja, as memórias sociais são transmitidas através de vários suportes, de forma oral, escrita, ou através de objetos que preservam em si um sentido de

rememorar algo ou alguém.

Distinguimos a **memória pessoal**, constituída de acordo com as experiências sociais e a história de cada pessoa, das **memórias coletivas**, que como o próprio nome supõe, são construídas de forma a abarcar todo um corpo social de indivíduos. Chamo aqui também o termo **memória grupal**, que possui uma definição mais específica, por estar ligada a um grupo social menor, como a família e associações diversas (SÁ, 2007).

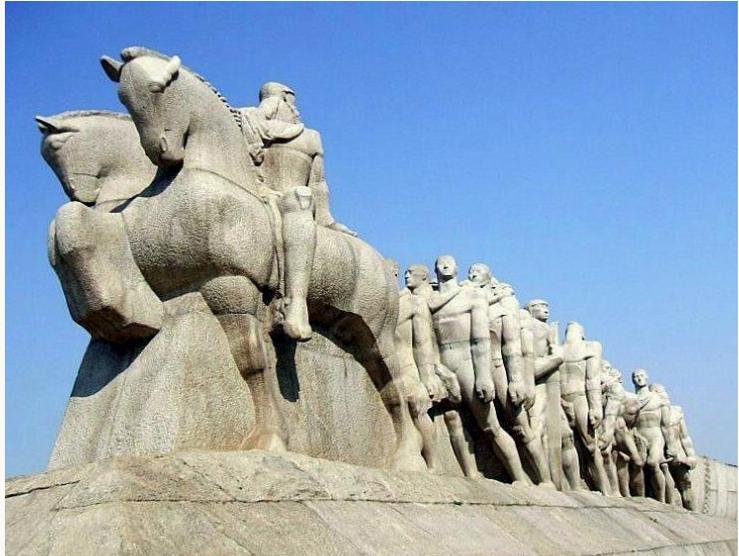
Uma outra categoria relevante é a de **memória da cidade**. Nela coexistem diversas memórias coletivas, mas com uma base material específica, neste caso, um lugar. (ABREU, 1998) Como dito, existem diversos suportes para preservação da memória. Quando pensamos em cidade, automaticamente surge uma palavra que é comum, mas cujo significado acaba um tanto perdido em relação a ela: o **patrimônio cultural**.

Segundo o **Artigo 216 da Constituição Federal de 1988**, patrimônio cultural engloba os bens “de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”. Na categoria estão tanto formas de expressão e modos de criar, fazer e viver quanto objetos e espaços físicos destinados às manifestações artísticas culturais e os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico.

Os patrimônios não apenas preservam em si um símbolo do passado, mas eles também formam **o que e como** será lembrado. Um exemplo de patrimônio material são os **monumentos históricos**. Estes são muito importantes quando pensamos a memória da cidade. Vamos ver na próxima página um caso particular para entendermos melhor como estes se constituem:

---

## Monumento às Bandeiras



[https://pt.wikipedia.org/wiki/Monumento\\_%C3%A0s\\_Bandeiras#/media/Ficheiro:Monumento\\_%C3%A0s\\_Bandeiras\\_01.jpg](https://pt.wikipedia.org/wiki/Monumento_%C3%A0s_Bandeiras#/media/Ficheiro:Monumento_%C3%A0s_Bandeiras_01.jpg)

Os Bandeirantes, também chamados de sertanistas, constituem uma forte memória da cidade de São Paulo. Eram homens, principalmente paulistas, que entre os séculos XVI e XVII exploravam o interior da América do Sul no mapeamento de territórios, na procura de pedras e metais preciosos e, vale ressaltar, na captura de escravos fugidios, destruição de quilombos e aprisionamento de indígenas. O *Monumento às Bandeiras* é uma obra do renomado escultor Victor Brecheret, inaugurada em 1953, nas comemorações do IV Centenário da cidade de São Paulo. Naquele momento a figura do Bandeirante era aviltada como um herói na memória da cidade. Assim, o monumento enquanto um patrimônio carrega consigo ambas memórias: a dos Bandeirantes e do imaginário criado sobre eles na ocasião do IV Centenário.

---

Para Jacques Le Goff (1990, p. 476), um historiador francês, a memória é “elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje [...]”. Ela é “não somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder.”

Usei como exemplo um patrimônio de São Paulo, mas pense sobre as memórias coletivas da sua cidade. **O que impera nas**

**recordações em geral?** Indivíduos que ocuparam posições de poder, que detinham algum cargo importante ou eram donos de grandes empreendimentos, tem seus nomes registrados em ruas, seus rostos retratados em monumentos e, mesmo que em geral pouco se saiba sobre aquela pessoa, sua marca está registrada no imaginário popular. Já outros sujeitos que fizeram parte de grupos não privilegiados acabam caindo no esquecimento ou são recordados apenas por indivíduos que possuem interesse particular nessas histórias.

**"A memória se constrói através de uma luta pela dominação da tradição e da recordação."**

(LE GOFF, 1990, p. 476).

Agora, lembre-se da primeira pergunta que respondeu, no início do texto. Você vai pensar agora numa questão parecida, mas em outra perspectiva temporal:

**QUAL ACONTECIMENTO OU PERSONAGEM DO PASSADO QUE VOCÊ CONSIDERA IMPORTANTE A SER MANTIDO VIVO NA MEMÓRIA SOCIAL DA SUA CIDADE?**

-----

-----

-----

-----

-----

Mas afinal de contas, o que esta discussão sobre memória tem a ver com História? Será que as duas são a mesma coisa? Vamos considerar que existem duas histórias: a da memória coletiva e a dos historiadores (LE GOFF, 1990, p. 29). Já abordamos o que se define como essa memória, agora podemos falar sobre a História, que pode ser considerada a forma científica da memória coletiva (idem p. 535).

# HISTÓRIA

---

*A história aparece então como a negação revolucionária do passado, algumas vezes apática e indolente, e outras apaixonada e poderosa.*

*Mikhail Bakunin, Filosofia da História.*

Podemos considerar que a história está bastante presente em tudo que nos rodeia. Ela é uma disciplina escolar, existem símbolos históricos espalhadas pelas cidades, nosso calendário é marcado por dias históricos, filmes, novelas e livros são escritos tendo acontecimentos históricos como pano de fundo... Mas, pouco se fala sobre ela em si. É muito comum que se veicule a História como algo pertencente a um passado muito distante, ao qual não nos sentimos conectados, mas que é importante conhecer pois assim nos foi dito. Considera-se que ela é o “estudo do passado para entender o presente e construir o futuro”. E esse estudo é entendido, comumente, como uma decoreba de datas, nomes e locais considerados históricos.

Mas, afinal de contas, será que isto é História?

Primeiramente, é importante fazer uma diferenciação entre a **história-objeto**, que “envolve todo o acontecimento humano de qualquer tipo, em todos os lugares, e durante todo o tempo” e a **história-discurso**, que é “sempre a narrativa de fragmentos desse objeto absolutamente indelimitável” (NOVAIS; SILVA, 2011, P. 16). Quando falamos dela enquanto ciência é sobre essa história-discurso.

Para responder melhor a pergunta “O que é História?” é preciso elaborar uma breve história da História, para que a compreendamos através da sua historicidade – afirmando assim,

que ela, enquanto área do conhecimento, também possui sua própria história, que não passou ilesa às transformações sociais vivenciadas pela humanidade ao longo destes últimos séculos. Como bem pontuado por Le Goff (1990, p. 26) cada “época fabrica mentalmente a sua representação do passado histórico”.

Ressalto que não farei uma reconstituição de absolutamente todas as transformações ocorridas na escrita da história – a historiografia, pois ao elaborar uma pesquisa histórica é necessário fazer um recorte em torno do objeto: escolhe-se um **tema**, em seguida delimita-se o período de **tempo** e o **espaço (lugar)** a serem abordados, se haverá o foco em algum **grupo social** específico, com quais tipos de **fontes primárias** e **fontes secundárias** se trabalhará – elas serão mais profundamente abordadas no próximo capítulo – e qual **método** será usado nesta produção.

É muito comum que se atribua a origem da escrita da história ao grego Heródoto, que viveu entre 485 a. C e 425 a. C, chegando ele a ser considerado o “pai da história”. Se Heródoto foi ou não realmente o primeiro a registrar através da escrita acontecimentos sociais elevados a eventos históricos, não se sabe. O ponto é que também a palavra **história**, em todas as línguas românicas e em inglês, se origina no grego antigo *historie*, em dialeto jônico, que significa "procurar". É este o sentido da palavra em Heródoto, no início das suas Histórias, que são "investigações", "procuras" (LE GOFF, 1990, p. 18).

Durante muito tempo a História ocupou a função de “investigação das origens”. O que interessava aos historiadores eram os acontecimentos políticos e militares, “grandes feitos de grandes homens chefes militares e reis” (BURKE, 1991, p. 11). Para aqueles que não se encaixavam nestas categorias restava o esquecimento.

Até o Século XVIII a história estava ligada à literatura, não sendo considerada uma ciência. O movimento intelectual e social designado como Iluminismo, que ocorreu neste período em diversos países do continente europeu, colocou a ciência num patamar nunca visto antes, pois o conhecimento originário da

razão humana passa a ocupar um lugar de destaque e este processo reverbera na História que, a partir de então, é considerada uma disciplina científica.

Utilizei fluxogramas para tornar mais visível estas transformações abordadas, que estarão representadas por Escolas (ou Correntes) Históricas de cada período. O que caracteriza uma Escola é que haja algum elemento forte comum aos integrantes do grupo, seja um padrão, linguagem, método, perspectiva teórica, modo de entender a História, etc.

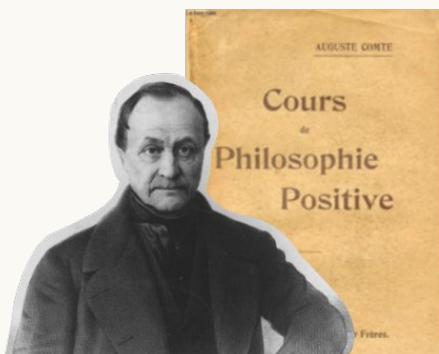


Historicismo  
Leopold von Ranke e Barthold Georg Niebuhr

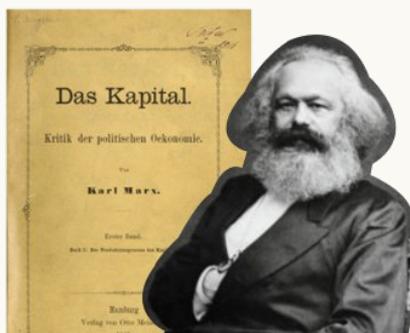
**ESCOLA ALEMÃ**

**SÉCULO XIX**

**SOCIOLOGIA**



Positivismo  
August Comte



Materialismo Histórico  
Karl Marx

O nascimento da Escola Alemã é crucial para a transição da concepção literária para a científica e seus principais referenciais são Ranke e Niebuhr. O foco desta escola era a história política, não havendo muito espaço para aspectos culturais – o que não significa que outros historiadores contemporâneos não fizessem pesquisas nestas perspectivas; um exemplo é Jules Michelet, que defendia o que hoje poderíamos descrever como uma “história da perspectiva das classes subalternas” (BURKE, 1991, p. 12).

Para Ranke (2010, p. 202) a História é “ciência na medida em que recolhe, descobre, analisa em profundidade; e arte na medida em que representa e torna a dar forma ao que é descoberto, ao que é aprendido”. No texto escrito em 1831, ele colocou como pontos indispensáveis a produção histórica: o “amor à verdade” (idem, p. 207), um “interesse universal” motivado por uma imparcialidade, que “não é uma falta de interesse, mas um interesse no conhecimento puro, não turvado por opiniões preconcebidas” (idem, p. 208) e o “apartidarismo”, dizendo que “onde quer que haja uma luta semelhante [partidária], cada um dos partidos deverá ser avaliado em sua situação própria, em seu meio, e por assim dizer, em seu conteúdo interno particular” (idem, p. 210). Ou seja, os registros de fatos históricos possuem a verdade em si e não cabe ao historiador buscar interpretá-los.

Também no século XIX, a História inicia um diálogo interessante com as Ciências Sociais, que estava nascendo neste período. É inegável a influência de dois filósofos, cujos pensamentos antagônicos compõem parte da base da sociologia. O francês Auguste Comte desenvolveu a corrente do positivismo, que se orientava de forma bastante parecida com o historicismo.

O outro foi o alemão Karl Marx, fundador do método de análise conhecido como materialismo histórico. Para ele, a “história de toda a sociedade até hoje é a história da luta de classes” (MARX; ENGELS, 2005, p. 40). Ainda segundo o filósofo, “nas mais remotas épocas da História, verificamos quase por toda parte, uma completa estruturação da sociedade em classes distintas, uma múltipla gradação das posições sociais” (idem, p. 40). E isto se perpetuou até sua época, que “caracteriza-se por ter simplificado os antagonismos de classe”. A sociedade divide-

se cada vez mais em dois campos opostos, em duas grandes classes em confronto direto: a burguesia e o proletariado” (idem, p. 41).



ESCOLA DOS ANNALES (FRANÇA)

SÉCULO XIX

ESCOLA MARXISTA INGLESA



Eric Hobsbawm, E. P. Thompson e Christopher Hill

Para o historiador medievalista Marc Bloch (2002, p. 55) a História é a ciência “dos homens, no tempo”. Junto a Lucien Febvre, um especialista em século XVI, fundou a revista *Annales d’histoire* em janeiro de 1929, que traz no primeiro número uma mensagem dos editores na qual abordavam pontos que se tornariam marcas do grupo: o rompimento com as barreiras entre historiadores e cientistas sociais, a necessidade de intercâmbio cultural e interdisciplinariedade do conhecimento (BURKE, 1991, p. 23). Esta primeira da revista durou até 1945 e nela o grupo “caracterizou-se por ser pequeno, radical e subversivo, conduzindo uma guerra de guerrilhas contra a história tradicional” (NOVAIS; FARASTIERE, p. 35).

A interdisciplinaridade aparece ainda mais forte na segunda geração do movimento, quando Braudel assume a direção da revista, desta vez com um foco especial na troca com a Economia (NOVAIS; FARASTIERE, p. 36). É aqui que o grupo dos *Annales* pode passar a ser considerado uma escola historiográfica. O *Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo na Época de Filipe II*, trabalho de Braudel, é inovador por fazer um recorte de espaço no qual o lugar se torna o principal personagem, e também por uma abordagem de longa duração – apesar de focado no Século XVI, o livro faz viagens temporais indo desde a antiguidade até o século XX – sem abandonar uma complexa interação com a “economia, a sociedade, a política, a cultura e os acontecimentos” (BURKE, 1991, p. 38).

Chegamos então à terceira geração da escola dos *Annales*, que inicia em 1968 e suas controvérsias. “O problema está em que é mais difícil traçar o perfil da terceira geração do que das duas anteriores” (BURKE, 1991, p. 38). Chega-se a falar até mesmo em uma fragmentação da escola. A *Nova História*, constitui uma escola que é nova e ao mesmo tempo integrada aos *Annales*. O nome foi popularizado por causa do título de um livro editado por Jacques Le Goff, o *La nouvelle histoire*, de 1978. (Você reconhece o nome deste historiador? Ele apareceu como uma das referências no primeiro capítulo!) Porém, a expressão já havia sido anteriormente usada por Febvre e também por Braudel (BURKE, 1991, p. 92).

Uma das inovações da Nova História em relação a segunda fase dos Annales é a adoção da micro-história, ou “história em migalhas”, um contraponto à história em longa duração. Neste momento o grupo passa a incluir mulheres historiadoras, com estudos em diversos temas: família, vida social, trabalhadoras(es). Também há uma abertura para ideias vindas de outros países além da França. É notável uma relação mais aproximada com a antropologia (NOVAIS; FARASTIERE, p. 36).

Há, ainda no século XX, a **Escola Marxista Inglesa**. Nesta se reuniram historiadores com um novo olhar, mas ainda inspirados pelo materialismo histórico, ao redor da *Revista Past and Present*. Eles estabeleceram suas pesquisas numa perspectiva de relações de classe, abordando principalmente os trabalhadores de variadas épocas, criando o conceito de “História vista de baixo”. Até aquele momento, os estudos marxistas se orientavam considerando a Economia como principal fator de transformação nos acontecimentos sociais e eles passaram a estudá-la em conjunto a cultura.

Para Thompson (1981. p. 29), “os séculos XIX e XX criaram autênticos e por vezes monstruosos historicismos” (noções evolucionárias, teleológicas e essencialistas da automotivação da “história”)” que “impregnou certa parte da tradição marxista, com a noção de uma sucessão programada de “fases” históricas impulsionadas rumo a um fim predeterminado pela luta de classes”.

Ao contrário do pensamento historicista de Ranke, que considerava os documentos como neutros “receptáculos da verdade”, Thompson (1981. p. 37) considerava que os fatos inscritos no registro histórico não revelam por si só seus significados e relações com o meio em que foi produzido. Estes fatos carregam suas próprias cargas de polarização política, e “mesmo as técnicas de pesquisa empírica mais sofisticadas e supostamente neutras [...] podem ocultar as mais vulgares intromissões ideológicas”. É preciso que o historiador esteja treinado para interrogar suas fontes sempre numa “disciplina de desconfiança atenta” (idem, p. 38).

Recapitulando: a História é alçada à categoria de ciência no entremeio dos séculos XVIII e XIX, em países europeus, resultado das transformações advindas do iluminismo, e é ainda neste período que historiadores começam a desenvolver outros métodos e teorias. Tudo isso se reflete no século XX, que seguiu agitado por diversas escolas historiográficas que trouxeram novos objetos, personagens, métodos e teorias para a pesquisa em História, que inclusive negaram princípios adotados pelos historiadores do século anterior.

**A PARTIR DO QUE APRESENTAMOS ATÉ O MOMENTO, E DOS SEUS CONHECIMENTOS ANTERIORES, COMO VOCÊ DEFINIRIA O QUE É HISTÓRIA?**

-----

-----

-----

-----

-----

Se a memória é vítima da criação de mitos, a História também o foi em diversos momentos. Ao contrário do que idealizava Ranke, o historiador não é neutro na análise das fontes.

Um exemplo prático e muito elucidativo a ser apresentado é sobre o Brasil. A ideia de “identidade nacional brasileira” começa a ser questionada na *Semana de Arte Moderna* de 1922, e isso se desenrolou em diversos estudos e eventos no tema afro-brasileiro nos anos seguintes. Porém, apenas duas visões se sobressaíam: a liderada por Gilberto Freyre, que lança o mito da “democracia racial” e embora “tenha valorizado a presença dos portugueses, indígenas e africanos e suas culturas para a formação do Brasil, minimizou o preconceito racial entre os portugueses” (TELES, 2012, p. 248).

Em outra perspectiva, a de autores com influência marxista, como Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado que ao abordarem

a questão racial “tenderam a considerar o trabalho compulsório como elemento de um sistema de opressão, o capitalismo comercial. A escravidão derivava, portanto, do sentido mercantil da colonização, e estava umbilicalmente ligada a ela” (TELES, 2012, p. 248).

Assim, a presença das pessoas negras na História ou não existia ou estava permeada por uma teoria que ignorava as especificidades das relações étnico raciais. “Durante muito tempo, a historiografia brasileira concebeu a população negra como sinônimo de escrava”, mas segundo o historiador Petrônio Domingues (2019, p. 17-18), “depois de décadas essa situação está se alterando, felizmente”.

Um dos movimentos de mudança neste sentido começa ainda no século XX em Paris, efetuado por estudantes negros, com a fundação das revistas *L'étudiant Noir* em 1934, e depois em 1947, com a *Présence Africaine*. Passa-se então a produzir uma possibilidade de linha historiográfica descolonizada (TELES, 2012, p. 241 – 243). Isto se deu não apenas resgatando os temas negligenciados pela historiografia eurocêntrica, mas também numa mudança de visão sobre as fontes utilizadas. Durante as décadas de 1950 a 1980 o processo de (des)construção da história da África vai se desenvolvendo (idem, p. 245).

Os reflexos desses novos ares aos poucos vão chegando ao Brasil e a presença da população negra passa a ocupar o lugar de sujeito na história. Os mitos forjados por uma historiografia permeada pela mentalidade pós-abolição da escravatura foram cada vez mais contestados por novos pesquisadores. Este processo ainda está em curso e ocorre de forma lenta, mas há que se reconhecer os frutos de historiadores e historiadoras do passado e do presente, como Maria Beatriz Nascimento, Joel Rufino dos Santos, Petrônio Domingues, Raquel Barreto e Ana Flávia Magalhães Pinto.

A Lei 10639/03, que alterou em 2003 as *Diretrizes e Bases da Educação*, incluindo no currículo obrigatório a temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Africana”, e também as diversas políticas afirmativas de inclusão de pessoas negras e indígenas

nos cursos de graduação e pós-graduação são exemplos de políticas públicas que estimulam estas mudanças.

Com novos sujeitos produzindo a escrita da História e também novos sujeitos sendo abordados na historiografia, temos um permanente re-fazer dessa ciência. Por isso, a história não pode ser vinculada a um passado distante. Há de se considerar o espaço-tempo em que o historiador produz, os métodos e a base teórica que adota. Atualmente, no século XXI, se entende que o historiador tem uma responsabilidade social enquanto profissional. No próximo capítulo será abordada uma ferramenta crucial na produção historiográfica: as fontes primárias.

Para finalizar, retomo aquela ideia que localiza a História como relevante para se construir o futuro. Segundo Hobsbawn (2013, p. 34 e 39)

atualmente, esse tipo de lição da história, de experiência acumulada e coagulada, não é mais relevante. É evidente que o presente não é, nem pode ser, uma cópia-carbono do passado; tampouco pode tomá-lo como modelo em nenhum sentido operacional”. O que a História pode nos proporcionar é “descobrir os padrões e mecanismos da mudança histórica em geral, e mais particularmente das transformações das sociedades humanas durante os últimos séculos de mudança radicalmente aceleradas e abrangentes. Em lugar de previsões ou esperanças, é isso que é diretamente relevante para a sociedade contemporânea e suas perspectivas.”

**DOCUMENTO**

---

*[...] isso que é o livro hoje, não é todo o livro; por detrás está o imponderável. Por detrás, está realizado tudo o que foi antes de nós e pulsa como potência que será. Todo livro é um fim e um começo. O livro é o cordão umbilical do mundo.*

*Lucía Sánchez Saornil, O Livro, Síntese do homem.*

Até o momento abordei os temas da **Memória** e da **História**. Caminhamos um longo percurso para contextualização e, finalmente, chegamos ao protagonista deste livreto: o Documento enquanto fonte histórica.

As fontes são os materiais dos quais se extrairá informação para a pesquisa. As **fontes primárias** são registros com os quais se tem contato direto, sem a mediação da análise de outro pesquisador. Já as **fontes secundárias** são resultados de pesquisas anteriormente estabelecidas. Ou seja, numa pesquisa sobre a Covid-19 no Brasil, podemos dizer que uma reportagem de jornal produzida em 2020 sobre a Covid-19 seria uma fonte primária e um livro escrito por um sociólogo, analisando o impacto social da pandemia de Covid-19, poderia ser usado como fonte secundária.

Você se lembra que no primeiro capítulo foi dito que as memórias sociais são transmitidas através de vários suportes, de forma oral, escrita, ou através de objetos que preservam em si um sentido de rememorar algo ou alguém? E também que no segundo capítulo apareceu algumas vezes a questão das **fontes primárias** na escrita da história?

Pois bem, tanto as memórias sociais quanto a história se aplicam a este material o qual denomina-se “documento” – não apenas a ele, há ainda diversos outros suportes que não serão

profundamente abordados ao longo deste texto, mas citados de forma resumida. O documento é “informação registrada em um veículo material” (TESSITORE, 2011, p. 161). E o que cabe dentro desta categoria também possui um histórico: até meados do século XX considerava-se relevante apenas os registros considerados *oficiais*, produzidos por algum órgão representante de instâncias superiores, fossem estas governadas por um monarca ou um presidente republicano. Posteriormente, ampliou-se a concepção e passam a ser incluídos diversos outros materiais escritos, como livros, jornais de diferentes procedências, revistas, panfletos, diários, cadernos pessoais, e tantos outros.

Durante muito tempo o documento oficial ocupou um lugar privilegiado entre as fontes adotadas por quem escrevia a história, alcançando um ápice no século XIX. Ele era considerado a principal ferramenta de trabalho do historiador. Isso acontecia porque, como dito anteriormente, eles eram considerados “receptáculos da verdade” e ao pesquisador não cabia questioná-los, mas apenas “escutá-los” e transcrever seus testemunhos. Esta era a citada concepção de Leopold Von Ranke, que considerava inadmissível ao historiador uma postura crítica.

No entanto, será que os documentos são realmente inquestionáveis? Um historiador, ao longo de seu ofício pode se confrontar muitas vezes com **materiais forjados**. Uma carta assinada por alguém em 1647 pode na verdade ter sido forjada dois séculos depois, por exemplo. É preciso então, que se olhe para o estes registros sempre de forma *desconfiada*, como recomendou E. P. Thompson, mas sem partir de pressupostos. Encarar que estes materiais não são “receptáculos da verdade” não significa afirmá-los como um “depósito de mentiras”. Parte-se da dúvida para então chegar a uma descoberta. É necessário investigar o documento, conferir o máximo de informações possíveis sobre ele.

Se após esta investigação eu descobro que o documento com o qual estou trabalhando realmente é aquilo que ele diz ser, então posso dar prosseguimento a abordagem que já imaginava que faria. Mas e se eu descobrir que ele na verdade é falso? Uma

mentira? Que foi forjado? Para Marc Bloch (2002, p. 98), “acima de tudo, uma mentira enquanto tal é, a seu modo, um testemunho”. Ou seja, o documento falso e seu produtor mentiroso, quando identificados e dentro de seu contexto, também são interessantes, e abrem uma nova visão “para vastas perspectivas históricas. Eis portanto a crítica levada a buscar, por trás da impostura, o impostor; ou seja, conforme a própria divisa da história, o homem” (idem). O documento falso em si pode se tornar uma fonte para novas investigações a serem feitas, abandonando-se o objetivo original.

Estas afirmações podem gerar um estranhamento. Afinal de contas, *se um documento é falso, então ele não deveria ser simplesmente descartado?*

Para responder essa questão, olhemos novamente para o momento contemporâneo. O século XXI já está fortemente marcado por um debate acalorado acerca das *fake-news*—notícias mentirosas, divulgadas em órgão de imprensa ou compartilhadas de forma individual nas redes sociais e meios de comunicação pessoal. É feito um esforço neste sentido para que se identifique-as e busque a verdade que elas tentaram mistificar. Mas, como lidar com as *fake-news* enquanto documento histórico? Devemos simplesmente ignorá-las ao analisar a nossa história, ou buscar compreendê-las enquanto um fato em si, identificando quem as produziu, em qual momento, e sob qual motivação?

Podemos concluir que documentos falsos foram produzidos em diversos momentos da história. E que eles não devem, por este motivo, serem descartados, mas analisados enquanto o que eles são e não o que  **fingem ser**. Isto só é possível se o historiador atuar de forma crítica no seu trabalho.

Junto as mudanças sobre o que pode ser considerado documento, também questionou-se o lugar privilegiado que ele ocupava na escrita da História. Isso se deve a uma ampliação nos materiais que se adota como fonte. Todo esse movimento seguiu as transformações que ocorreram dentro da própria disciplina científica, como abordado anteriormente. Quando apenas o

material escrito poderia ser consultado, se descartava toda uma gama de histórias de grupos, povos, e tempos que não adotavam a escrita. Ao consultar novas fontes e desenvolver novos olhares para fontes já exploradas é possíveis produzir novas histórias e novas versões para o que já havia sido pesquisado.

Algumas fontes históricas utilizadas atualmente são:

- Relatos orais
- Produções audiovisuais
- Músicas
- Pinturas, Fotografias e Esculturas
- Tecidos
- Diversos tipos de materiais produzidos no meio virtual

Todos estes registros devem ser olhados pelo historiador com a mesma desconfiança e curiosidade. Se uma andorinha só não faz verão, um documento (ou qualquer outra fonte) sozinho também não conta uma história. É preciso que se pesquise o contexto em que ele foi produzido, que se consulte outras fontes, e coloque-as para conversarem entre si ao produzir a costura da escrita da história.

Voltemos aos documentos, nosso tema a ser abordado. É importante ressaltar que a grande maioria dos materiais que encaixamos nesta categoria não foram produzidos para serem entendidos como tal. Esta é uma classificação posterior, feita a partir da visão de quem consulta o material para extrair dele alguma informação. Será então que absolutamente tudo que já aconteceu está registrado nos documentos que foram conservados e temos acesso hoje? Uma pista para responder essa pergunta já foi dada – considerar como fonte apenas o que está escrito exclui da historiografia uma gama de personagens.

Como dito por Jacques Le Goff, (1990, p. 535)

o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores.

Ou seja, o que foi preservado e o que ainda será, passa por um processo de escolha. Assim como na construção da memória social existe uma disputa pelo que será lembrado. Os perdedores desta luta são jogados no limbo do esquecimento e, mesmo quando resgatados pelos historiadores, demoram a chegar até a memória social.

Os documentos contam apenas uma parte da história, isso é um fato. Ampliar a gama do que se considera como tal amplia as vozes a serem ouvidas, mas ainda pode ser uma boa estratégia buscar nas entrelinhas do que está escrito, nas margens, nos silêncios do documento, aquilo que se tentou ocultar.

Existem diferentes tipos de instituições responsáveis pela salvaguarda desse tipo de registro. Considera-se que “para que os documentos cumpram sua função social, administrativa, jurídica, técnica, científica, cultural, artística e/ou histórica, é necessário que estejam preservados, organizados e acessíveis” (TESSITORE, 2011, p. 16). Arquivos, bibliotecas, museus e centros de documentação são as principais responsáveis por esta função.

Um exemplo é o **Museu da Cidade de São Paulo**, que é vinculado ao *Departamento dos Museus Municipais* da Secretaria Municipal da Cultura de São Paulo. O acervo desta instituição é a própria cidade de São Paulo, e de forma concreta ela comporta seis tipologias de acervo: Arquitetônico, Fotográfico, Bens móveis, Documental e Bibliográfico.

Todo acervo só tem sentido se está aberto a consulta e uso de todos. São as pessoas que consultam estes materiais que dão vida a eles. Para isso é necessário todo um código de cuidados para preservação, como uso de luvas e máscaras, o manuseio correto, que deve ser transmitidos pelos responsáveis de cada espaço. Questões desta ordem não serão tratadas aqui, mas é importante se atentar a elas numa consulta a um acervo físico.

Algumas instituições disponibilizam coleções de documentos em formato digital e online. Foi através deste tipo de repositório que tive acesso aos que utilizei como exemplo a seguir. O objetivo a partir de agora é que você possa, através da

prática de leitura e interpretação documental, se apropriar de obras históricas (livros, novelas, filmes) de forma mais autônoma e questionadora, conferindo as fontes utilizadas pelo autor, buscando outras obras que tratem do tema, conferindo quem produziu a pesquisa. Olhando para o que está escrito sobre o passado da mesma forma que se deve olhar para o que está escrito no presente, conferindo se não é algo forjado.

Após a imagem digital de cada documento tem a transcrição do texto contido nele, no português original da época em que foi produzido, a fonte e o repositório onde ele está disponível.

Por fim, é importante ressaltar: o trabalho da pesquisa histórica é mais minucioso do que será apresentado aqui e como já dito, requer análises profundas. O que proponho a seguir é um conhecimento básico, um primeiro contato com documentação, de forma primária. Vamos lá!

Ilm<sup>o</sup> Exm<sup>o</sup> Sr.

Carta

22-3-84

A 201

Carta

O Centro Abolicionista de S. Paulo, desajando commemorar dignamente a gloriosa data de 25 de Marco, a da emancipação total da heroica provincia do Ceará, tem a honra de se dirigir a V. Ex<sup>a</sup> afim de convidal-o a assistir no theatro de S. José, ao espectáculo de gala em sollemnisação de um facto que a nós todos, brasileiros, deve encher de orgulho e contentamento.

Deus Guarde a V. Ex<sup>a</sup>

Ilm<sup>o</sup> Exm<sup>o</sup> Sr. Parão de Guayará  
M. D. Presidente da Prov<sup>a</sup> de S. Paulo.



S. Paulo, 20 de Marco 1884

O presidente

Centro de J. e C.

J. Parente & Uez

secretario

S. 201

n.º 601

## Transcrição do Documento

Ilm<sup>o</sup> Exm<sup>o</sup> Sr.

O Centro Abolicionista de S. Paulo desejoso de commemorar dignamente a gloriosa data de 25 de Março, a da emancipação total da heróica província do Ceará tem a honra de se dirigir a V. Ex. <sup>a</sup> afim de convida-lo a assistir no Theatro de S. José ao espetáculo de gala em solemnização de um facto que a nós todos brasileiros deve encher de orgulho e contentamento.

Deus Guarde a V. Ex, <sup>a</sup>

Ilmo<sup>o</sup> Emx<sup>o</sup> Sr. Barão de Guarujá  
M. D. Presidente da Prov<sup>a</sup> de S. Paulo

S. Paulo, 20 de Março de 1884

O Presidente  
A. Bento de Souza e Castro

### Fonte

CASTRO, Antônio Bento de Souza e. **OFÍCIO enviado pelo Presidente do Centro Abolicionista de São Paulo para a Presidência da Província de São Paulo, convidando o Presidente para assistir ao espetáculo de gala em comemoração a emancipação da província do Ceará, na data de 25 de março.** Destinatário: Domingos Antônio Raiol (Barão de Guajará). São Paulo, 20 mar. 1884. 1 Ofício. Arquivo do Estado de São Paulo. Disponível em:

[http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio\\_digital/escravos](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio_digital/escravos). Acesso em: 06 jun. 2020.

Que tipo de documento é este?

-----  
-----

Quando foi redigido?

-----  
-----

Onde foi redigido?

-----  
-----

Quem o redigiu? (Identifique nomes de pessoas, instituições, ou grupos responsáveis)

-----  
-----  
-----

Qual o assunto deste documento? Elenque os pontos principais.

-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----

A partir do que você identificou no documento, faça uma breve pesquisa em busca de maiores informações sobre as pessoas citadas, os eventos que ele expõe e o assunto abordado.



# A GAZETA



Director Interino: MIGUEL FLEXA

ANNO XXII

DIRECTOR: CASPER LIBERO SECRETARIO: MIGUEL FLEXA - REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E OFFICINAS: R. LIBERO, BARRA 6-15-17, PROPRIEDADE DE C. LIBERO  
TELEPHONES 16201 S. PAULO, Quinta-feira, 20 de Outubro de 1927  
CENTRAL 16200  
ENDER: TELEGRAPHICO  
«GAZETA»

NUM. 6.515

## Pelos cegos

A Associação Promotora de Instrução e Trabalho para os cegos que acaba de registrar seus estatutos, cujo extracto está publicado no "Diario Official" de 11 do corrente, elegu em assembléa geral a sua directoria administrativa, que está assim constituida: sr. Affonso A. de Freitas, presidente; sras. Isabel Cerruti e Manuela de Fallo Soares, secretarias; sr. Julio Costi, thesoureiro; sr. Manuel de Miranda Cruz, procurador; e professor Maméde Freire, director tecnico. A commissão de finanças está composta dos srs. José Cerruti, José A. de Freitas e Antonio Ximenes Filho. A commissão de syndicancia, dos srs, Hermenegildo de Aquino, Raymundo Reis e Settimo Salvagnini. A commissão de technica, dos srs. Alfredo Sanglorgi, Amadeu Moretti e José de Abreu.

— A mesma Associação appella para as almas caridosas o seu apoio em favor da causa dos cegos.

## Transcrição do Documento

### Pelos Cegos

A Associação Promotora de Instrução e Trabalho para os cegos que acaba de registrar seus estatutos, cujo extracto está publicado no “Diário Oficial” de 11 do corrente, elegeu em assembléa geral a sua directoria administrativa, que está assim constituída: sr. Affonso A. de Freitas, presidente; sras. Isabel Cerruti e Manuela de Palacio Soares, secretarias; sr. Julio Cosi, thesoureiro; sr. Manuel de Miranda Cruz, procurador; e professor Maméde Freire, diretor tecnico. A commissão de finanças está composta dos srs. José Cerruti, José A. de Freitas e Antonio Ximenes Filho. A commissão de syndicancia, dos srs. Hermegildo de Aquino, Raymundo Reis e Settimo Salvagnini. A commisao de technica, dos srs. Alfredo Sangiorgi, Amadeu Moretti e José de Abreu.

– A mesma Associação apella para as almas caridosas o seu apoio em favor da causa dos cegos.

### Fonte

Pelos Cegos. *A Gazeta.* , São Paulo, N. 6515, p. 3, 20 de out 1927. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=763900>. Acesso em: 11 jun. 2020. Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/gazeta/763900>. Acesso em: 11 jun. 2020.

Que tipo de documento é este?

-----  
-----

Quando foi redigido?

-----  
-----

Onde foi redigido?

-----  
-----

Quem o redigiu? (Identifique nomes de pessoas, instituições, ou grupos responsáveis)

-----  
-----  
-----

Qual o assunto deste documento? Elenque os pontos principais.

-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----

A partir do que você identificou no documento, faça uma breve pesquisa em busca de maiores informações sobre as pessoas citadas, os eventos que ele expõe e o assunto abordado.

# CONCLUSÃO

Caminhamos este longo percurso acerca da Memória Social, da História e do Documento, e agora chegamos ao ponto final. Espero que o conteúdo aqui exposto desperte curiosidade em você que o lê, que ele te leve a buscar outras informações sobre o que despertou mais curiosidade.

Tanto a memória quanto a história são produzidas num intenso território de disputa. E a impressão generalizada é que nele as pessoas “comuns” não são personagens ativos – ou sujeitos: o que é considerado historicamente relevante são as ações de quem está no topo da hierarquia social. Será que é possível mudar isso?

Espero que as palavras lidas até aqui te levem a responder afirmativamente a essa pergunta. E mais, que te levem a querer se apropriar da História. As transformações que ocorreram no cerne desta área do conhecimento, aqui apresentadas no segundo capítulo, mostram que é possível produzir um conhecimento histórico voltado as memórias dos grupos subalternizados.

Mulheres, crianças, trabalhadores (as), pessoas LGBTQI+, negros e negras, pessoas com deficiência são personagens históricos, que por muito tempo estiveram apagados, mas que lutam cada vez mais por seus registros. Cabem aos historiadores mudarem as abordagens historiográficas que hoje já não convergem com o nosso pensamento social. E cabe também a todas as pessoas cobrarem essas mudanças, buscarem conhecer as novas pesquisas feitas, tomarem nas mãos a História.

# REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício de Almeida. Sobre a memória das cidades. **Revista TERRITÓRIO**, Rio de Janeiro, ano III, n. 4, p. 05 – 26, jan - jun 1998.

BURKE, Peter. **A Revolução Francesa da historiografia: a Escola dos Annales 1929-1989**. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1991.

DOMINGUES, Petrônio. **Protagonismo negro em São Paulo: História e Historiografia**. São Paulo: Edições SESC, 2019.

HOBBSAWN, Erick. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

LE GOFF Jacques. **História e memória**. Campinas: UNICAMP, 1990.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2005.

NOVAIS, F. A.; SILVA, R. F. Introdução. In: **Nova História em perspectiva**. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

RANKE, Leopold Von. O conceito de História Universal (1831). In. MARTINS, Estevão de Rezende (org.) **A história pensada: teoria e método na historiografia europeia do século XIX**. São Paulo: Contexto, 2010.

SÁ, Celso Pereira de. Sobre o campo de estudo da memória social: uma perspectiva psicossocial. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, 2007. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-79722007000200015#nt](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722007000200015#nt). Acesso em: 15 maio 2020.

Patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: SMC, 1991.

TELLES, Luciano Everton Costa. Um olhar sobre a historiografia africana e afro-brasileira. **Revista História Hoje**, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 239-252, 2012. Disponível em: <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/18>. Acesso em: 17 jun. 2020.

TESSITORE, Viviane. Arquivos e centros de documentação: Um perfil. In. Almeida, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. (Org.) **Introdução à história pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

Este livreto foi composto com as tipografias Staatliches e Merriwheater no outono/ inverno pandêmico de 2020.

